

---

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA – ASSESSORIA TÉCNICA

LEI Nº 7.193, DE 5 DE AGOSTO DE 2008.

Dispõe sobre as diretrizes orçamentárias para o exercício financeiro de 2009 e dá outras providências.

A ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARÁ estatui e eu sanciono a seguinte Lei:

DISPOSIÇÃO PRELIMINAR

Art. 1º Ficam estabelecidas, em cumprimento ao disposto no § 3º do art. 204 da Constituição do Estado do Pará e, em atendimento às disposições da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, as diretrizes orçamentárias do Estado do Pará para o exercício financeiro de 2009, compreendendo:

- I - as prioridades e metas da Administração Pública Estadual;
- II - a estrutura e organização dos orçamentos;
- III - as diretrizes gerais para elaboração e execução dos orçamentos do Estado e suas alterações;
- IV - as normas para a avaliação dos programas de governo;
- V - as disposições relativas às despesas do Estado com pessoal;
- VI - as disposições sobre as alterações na legislação tributária do Estado;
- VII - a política de aplicação de recursos financeiros pela agência financeira oficial de fomento;
- VIII - as disposições finais desta Lei; e
- IX - Anexos.

CAPÍTULO I

DAS PRIORIDADES E METAS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA ESTADUAL

Art. 2º As prioridades e metas da Administração Pública Estadual, para o exercício de 2009, atendidas as despesas que constituem obrigação constitucional ou legal que integram os Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social estão balizadas nos três macros objetivos de governo: qualidade de vida para todas e todos; inovação para o desenvolvimento; gestão participativa e descentralizada de valorização e respeito aos servidores públicos.

Parágrafo único. As prioridades e metas referidas no “caput” deste artigo são as definidas no Plano Plurianual 2008-2011 (Lei nº 7.077, de 28 de dezembro de 2007),

podendo ser alteradas, conforme está previsto em seu art. 6º, por meio da revisão do Plano a ser encaminhado à Assembléia Legislativa (ALEPA), até 31 de agosto de 2008.

## CAPÍTULO II DA ESTRUTURA E ORGANIZAÇÃO DOS ORÇAMENTOS

Art. 3º A elaboração do Projeto de Lei Orçamentária de 2009 e sua aprovação serão orientadas para:

I - atingir as metas fiscais relativas a receitas, despesas, resultados primários e nominais, além do montante da dívida pública estadual, estabelecidos no Anexo I desta Lei, conforme previsto nos §§ 1º e 2º, do art. 4º, da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000;

II - evidenciar a responsabilidade da gestão fiscal, empreendendo uma ação planejada e transparente, mediante o acesso público às decisões compartilhadas, inclusive por meio do Planejamento Territorial Participativo (PTP);

III - otimizar a efetividade na utilização dos recursos públicos, aumentando a eficácia dos programas por eles financiados;

IV - promover o acesso universal e de qualidade aos serviços públicos, fortalecendo os setores de educação, saúde, segurança pública e assistência social, garantindo investimentos de modo a qualificar, aperfeiçoar e fortalecer as instituições, proporcionando o pleno exercício de suas funções e equipamentos, bem como elevando a qualificação dos seus integrantes; e

V - garantir o pleno funcionamento dos órgãos dos Poderes constituídos e a integração de seus serviços, de modo a garantir o desenvolvimento econômico e social do Estado, de forma equitativa.

Art. 4º As categorias de programação de que trata esta Lei serão identificadas, no Projeto de Lei Orçamentária de 2009, por função, sub-função, programas, projetos, atividades e operações especiais.

§ 1º Para efeito desta Lei, entende-se por:

a) função: nível máximo de agregação das ações desenvolvidas pelo setor público;

b) sub-função: nível de agregação de um subconjunto de ações do setor público;

c) programa: instrumento de organização da ação governamental que visa à concretização dos objetivos pretendidos, mensurados por indicadores estabelecidos no Plano Plurianual 2008-2011;

d) projeto: instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa, envolvendo um conjunto de operações limitadas no tempo, das quais resulta um produto que concorre para a expansão ou aperfeiçoamento da ação de governo;

e) atividade: instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa, envolvendo um conjunto de operações que se realizam de modo contínuo e permanente, das quais resulta um produto necessário à manutenção da ação de governo;

f) operação especial: despesas que não contribuem para a manutenção, expansão ou aperfeiçoamento das ações de governo, das quais não resulta um produto e não geram contraprestação direta sob a forma de bens ou serviços.

§ 2º Cada programa identificará as ações necessárias para atingir os seus objetivos, sob a forma de projetos, atividades e operações especiais, especificando seus valores e metas, bem como as unidades orçamentárias responsáveis pela realização das ações.

§ 3º Cada projeto, atividade e operação especial identificará a função e a sub-função aos quais se vinculam.

§ 4º **V E T A D O**

\* Este parágrafo foi vetado pela Mensagem da Governadora, nº 086/08-GG, de 05/08/2008, publicada no DOE Nº 31.228, de 07/08/2008.

\* **RAZÕES DO VETO:**

“... O parágrafo quarto do artigo 4º e o parágrafo segundo do artigo 31 Projeto de Lei em causa padecem de contrariedade ao interesse público, impondo-se, quanto a estes, o veto governamental, conforme a seguir vejamos:

O parágrafo 4º do artigo art. 4º do presente Projeto de Lei dispõe:

“Art. 4º As categorias de programação de que trata esta Lei serão identificadas, no Projeto de Lei Orçamentária de 2009, por função, sub-função, programas, projetos, atividades e operações especiais.

.....

§ 4º Os valores e Metas de que trata o § 2º deste artigo, deverão ser mencionados detalhando e especificando-se o prazo e o modo de liberação, recebimento por parte do destinatário e aplicação dos mesmos”.

Tal norma conflita com o preceituado no artigo 8º da LRF/2000, que define que em até 30 dias após a publicação dos Orçamentos, nos termos em que dispuser a LDO, estabelecerá a programação financeira e o cronograma de execução mensal de desembolso. O próprio Artigo 35, parágrafo 1º da Legislação ora analisada, explicita conteúdo mencionado pela LRF/2000. Portanto, é inviável cumprir o mandamento do parágrafo em questão, pois não há como definir, a quando da elaboração da peça orçamentária, por exemplo, o vencedor de um certame licitatório, o prazo da liberação dos recursos que é feito através de medição.

Art. 5º Os Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social discriminarão, a despesa por unidade orçamentária, detalhando-a por categoria de programação com as respectivas dotações, especificando a esfera orçamentária, a modalidade de aplicação, o grupo de despesa e a(s) fonte (s) de recurso(s).

§ 1º A esfera orçamentária, referida no “caput” deste artigo, tem por finalidade a identificação do tipo de orçamento: Orçamento Fiscal (F), Seguridade Social (S) ou Investimentos das Empresas (I).

§ 2º A Modalidade de Aplicação, referida no “caput” deste artigo, tem por objetivo a identificação do responsável pela aplicação dos recursos públicos, indicando:

- a) Execução Direta pela unidade detentora do crédito orçamentário da esfera estadual, explicitando a região;
- b) Transferência Financeira a outras esferas de Governo, seus órgãos, fundos ou para entidades privadas sem fins lucrativos e outras instituições.

§ 3º O Poder Executivo deverá encaminhar, como parte integrante da proposta orçamentária, anexo com a regionalização das dotações orçamentárias para as regiões do Estado, assim consideradas pelo Executivo, nos termos do que determina o inciso V, do artigo 50 da Constituição Estadual.

§ 4º Os grupos de despesa mencionados no “caput” deste artigo são os especificados a seguir:

- a) grupo 1 - pessoal e encargos sociais;
- b) grupo 2 - juros e encargos da dívida;
- c) grupo 3 - outras despesas correntes;
- d) grupo 4 - investimentos;
- e) grupo 5 - inversões financeiras;
- f) grupo 6 - amortização da dívida; e
- g) grupo 9 - reserva de contingência.

§ 5º O identificador de uso destina-se a indicar se os recursos compõem contrapartida estadual de empréstimos ou de doações, ou destinam-se a outras aplicações, constando da Lei Orçamentária de 2009 e dos créditos adicionais pelos seguintes dígitos, que antecederão o código de destinação de recursos:

- I - recursos não destinados à contrapartida - 0;
- II - contrapartida de empréstimos do Banco Internacional para Reconstrução e o Desenvolvimento - BIRD - 1;
- III - contrapartida de empréstimos do Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID - 2;
- IV - contrapartida de empréstimos com enfoque setorial amplo - 3;
- V - contrapartida de outros empréstimos - 4; e

VI - contrapartida de doações - 5.

§ 6º O grupo de destinação de recursos destina-se a dividir os recursos originários do Tesouro ou de Outras Fontes e fornece a indicação sobre o exercício em que foram arrecadadas, constando da Lei Orçamentária de 2009 e dos créditos adicionais pelos seguintes dígitos, que antecederão o código da especificação das destinações de recursos:

I - recursos do tesouro - exercício corrente - 1;

II - recursos de outras fontes - exercício corrente - 2;

III - recursos do tesouro - exercícios anteriores - 3;

IV - recursos de outras fontes - exercícios anteriores - 6;

V - recursos condicionados - 9.

Art. 6º Os Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social compreenderão a programação dos Poderes do Estado, dos fundos, órgãos, autarquias e fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público, bem como das empresas estatais dependentes, devendo a correspondente execução orçamentária e financeira ser registrada integralmente no Sistema Integrado de Administração Financeira para Estados e Municípios (SIAFEM).

§ 1º Excluem-se do disposto no “caput” deste artigo as empresas que recebem recursos do Estado sob a forma de:

- a) participação acionária;
- b) pagamento pelo fornecimento de bens e prestação de serviços;
- c) pagamento de empréstimos e financiamentos concedidos por terceiros.

§ 2º As empresas estatais dependentes, cuja programação conste integralmente dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social, não integrarão o orçamento de investimento das empresas.

§ 3º A programação dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social será apresentada conjuntamente.

Art. 7º São receitas do Orçamento Fiscal:

I - receitas tributárias;

II - receitas de contribuições;

III - receita patrimonial;

IV - receita agropecuária;

V - receita industrial;

VI - receitas de serviços;

VII - transferências correntes;

VIII - outras receitas correntes;

IX - operações de crédito;

X - alienação de bens;

XI - amortização de empréstimos;

XII - transferências de capital; e

XIII - outras receitas de capital.

Art. 8º São receitas do Orçamento da Seguridade Social:

I - contribuições sociais dos servidores públicos, contribuições patronais da administração pública e outras que vierem a ser criadas por lei;

II - receitas próprias dos órgãos, fundos e entidades que atuam nas áreas de saúde, previdência e assistência social;

III - transferências efetuadas por meio do Sistema Único de Saúde e de Assistência Social;

IV - transferências do Orçamento Fiscal, oriundas da receita resultante de impostos, conforme dispõe a Emenda Constitucional nº 29, de 13 de setembro de 2000; e

V - outras fontes vinculadas à Seguridade Social.

Art. 9º O Orçamento de Investimento das Empresas compreende a programação das empresas estaduais em que o Estado direta ou indiretamente, detenha a maioria do capital social com direito a voto e que recebem, exclusivamente, recursos a título de aumento de capital à conta do Orçamento Fiscal.

Parágrafo único. O investimento, de que trata este artigo, compreende as dotações destinadas a:

a) planejamento e execução de obras;

b) aquisição de imóveis necessários à realização de obras;

c) aquisição de instalações, equipamentos e material permanente;

d) aquisição de imóveis ou bens de capital em utilização.

Art. 10. São receitas do Orçamento de Investimento das Empresas:

I - geradas pela empresa;

II - decorrentes da participação acionária do Estado;

III - oriundas de operações de crédito internas e externas; e

IV - de outras origens.

Art. 11. A Lei Orçamentária discriminará em categorias de programação específicas as dotações destinadas:

I - às ações descentralizadas de educação, saúde, segurança pública, trabalho e assistência social;

II - às despesas correntes de caráter continuado, derivadas de lei e que fixem a obrigação legal de sua execução por um período superior a dois anos;

III - ao atendimento do Programa de Alimentação Escolar;

IV - ao pagamento de precatórios judiciais, em conformidade ao art. 100 da Constituição Federal;

V - ao pagamento de sentenças judiciais transitadas em julgado consideradas de pequeno valor;

VI - às despesas com publicidade, propaganda e divulgação oficial, de acordo com o § 15 do art. 204 da Constituição Estadual;

VII - ao atendimento das operações relativas à dívida do Estado;

VIII - ao repasse constitucional aos Municípios;

IX - ao pagamento dos benefícios previdenciários da Administração Pública Estadual, por Poder, do Ministério Público e dos demais órgãos constitucionais independentes;

X - às despesas com servidores, de natureza complementar, como auxílio-alimentação ou refeição, assistência pré-escolar, assistência médica e odontológica no âmbito dos Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário, do Ministério Público, da Defensoria Pública e dos demais órgãos constitucionais independentes, inclusive administração indireta, que recebam recursos à conta dos orçamentos fiscal e da seguridade social;

XI - às despesas com capacitação de servidores; e

XII - às ações descentralizadas do Poder Judiciário.

§ 1º As despesas de que trata o inciso VI deste artigo, financiadas com recursos do Tesouro Estadual, no âmbito do Poder Executivo, exceto aquelas relativas à educação e

à saúde, deverão ser alocadas na Secretaria de Estado de Comunicação, conforme estabelecido na Lei nº 7.016, de 19 de novembro de 2007.

§ 2º O disposto no inciso X deste artigo aplica-se, igualmente, aos órgãos e entidades que prestem total ou parcialmente, os referidos benefícios a seus servidores e respectivos dependentes.

§ 3º As despesas de que trata o inciso XI deste artigo, financiadas com recursos do Tesouro Estadual, no âmbito do Poder Executivo, exceto aquelas relativas à formação específica das áreas de educação, saúde, segurança pública e fazendária, deverão ser alocadas na Escola de Governo do Estado, conforme estabelecido na Lei nº 6.569, de 6 de agosto de 2003.

Art. 12. O Projeto de Lei Orçamentária que o Poder Executivo encaminhará à Assembleia Legislativa observará, além das demais disposições constitucionais e legais, o disposto no art. 5º da Lei Complementar nº 101, de 2000, constituindo-se de:

I - texto da lei;

II - quadros orçamentários consolidados;

III - anexo dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social discriminando a receita e a despesa na forma definida nesta Lei, evidenciando a estrutura de financiamento e o programa de trabalho por unidade orçamentária;

IV - demonstrativo da estimativa do impacto orçamentário-financeiro, decorrentes da concessão ou ampliação de incentivos ou benefícios de natureza tributária da qual decorra renúncia de receita, indicando as medidas de compensação que serão adotadas;

V - anexo do orçamento de investimento das empresas;

VI - anexo demonstrando a compatibilidade da programação dos orçamentos com os objetivos e metas constantes do Anexo I desta Lei; e

VII - descrição das principais finalidades e a legislação básica dos órgãos da Administração Pública Estadual.

§ 1º Os quadros orçamentários a que se refere o inciso II deste artigo, incluindo os complementos referenciados no art. 22, inciso III, da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, são os seguintes:

I - evolução da receita do Tesouro Estadual segundo as categorias econômicas e o seu desdobramento em espécie, discriminando-as em subitens;

II - resumo da receita dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social, isolada e conjuntamente, por categoria econômica e origem dos recursos;

III - resumo da receita da administração indireta, por categoria econômica;

IV - evolução da despesa segundo as categorias econômicas e os grupos de despesa;

V - resumo da despesa dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social, isolada e conjuntamente, por categoria econômica, grupo de despesa e origem dos recursos;

VI - despesa dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social, por Poder e órgão, segundo os grupos de despesa;

VII - despesa por função e órgão, segundo as categorias econômicas;

VIII - despesa por programa e órgão, segundo as categorias econômicas;

IX - receita e despesa dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social, isolada e conjuntamente, segundo as categorias econômicas;

X - resumo das fontes de financiamento, por categoria econômica e grupo de despesa; e

XI - evolução da despesa do tesouro, por Poder, segundo as categorias econômicas e grupos de natureza da despesa.

§ 2º O Orçamento de Investimento das Empresas, referido no inciso V do “caput” deste artigo, será composto dos seguintes demonstrativos:

I - estrutura de financiamento, por fonte de recursos;

II - consolidação dos investimentos, por função e órgão;

III - consolidação dos investimentos, por programa; e

IV - programa de trabalho, por órgão e fonte de financiamento.

Art. 13. A mensagem que encaminhar o Projeto de Lei Orçamentária compor-se-á de:

I - texto analítico contendo:

a) análise da situação econômico-financeira do Estado, com indicação das perspectivas para 2009 e suas implicações na proposta orçamentária;

b) justificativa das premissas da estimativa da receita e da fixação da despesa;

c) estoque da dívida fundada e flutuante do Estado;

d) destaque para as estratégias de desenvolvimento que serão implementadas por meio dos Programas no orçamento de 2009; e

e) capacidade de endividamento do Estado.

II - quadros demonstrativos, contendo:

a) receita, segundo a origem dos recursos dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social;

- b) receita própria e despesa dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social, bem como do Orçamento de Investimento das Empresas, de forma regionalizada;
- c) alocação dos gastos com recursos dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social, por área de atuação governamental;
- d) aplicação de recursos na saúde e na educação, conforme determinam o art. 198, § 2º, inciso II e o art. 212 da Constituição Federal;
- e) previsão de operações de crédito internas e externas e das respectivas contrapartidas, com indicação dos agentes financeiros e da programação a ser financiada;
- f) relação das obras em execução em 2008 e que tenham previsão de continuidade em 2009, bem como o patrimônio público a ser conservado; e
- g) proposta orçamentária da previdência estadual, evidenciando as receitas por fonte de recurso e as despesas com inativos e pensionistas por Poder, Ministério Público e demais órgãos constitucionais independentes.

### CAPÍTULO III DAS DIRETRIZES GERAIS PARA ELABORAÇÃO E EXECUÇÃO DOS ORÇAMENTOS E SUAS ALTERAÇÕES

#### Seção I Das Diretrizes Gerais

Art. 14. Na elaboração do projeto, na aprovação e na execução da Lei Orçamentária de 2009, deverá ser observado o princípio da publicidade, evidenciada a transparência da gestão fiscal e assegurada à participação da sociedade.

§ 1º A transparência e a participação de que trata o “caput” deste artigo, serão asseguradas mediante a realização de plenárias regionais a serem efetivadas por meio do Planejamento Territorial Participativo (PTP).

§ 2º Os titulares dos Poderes Legislativo, Judiciário e Executivo, do Ministério Público e dos demais órgãos constitucionais independentes, no que couber a cada um, farão divulgar:

I - por meio da internet:

a) a estimativa da receita:

1. orçamentária anual;
2. corrente líquida anual e por quadrimestre; e
3. do tesouro estadual, prevista para os respectivos quadrimestres;

b) demonstrativo dos limites orçamentários fixados para os Poderes Legislativo, Judiciário e Executivo, Ministério Público, Defensoria Pública e demais órgãos constitucionais independentes;

c) Projeto de Lei Orçamentária e seus anexos, bem como a Lei Orçamentária Anual (LOA);

II - por publicação no Diário Oficial do Estado:

a) a lei orçamentária anual;

b) o relatório resumido de execução orçamentária, a cada bimestre, em observância ao art. 52 da Lei Complementar nº 101, de 2000 e às portarias da Secretaria do Tesouro Nacional (STN);

c) o relatório da gestão fiscal, ao final de cada quadrimestre, na forma e conteúdo definidos nos arts. 54 e 55 da Lei Complementar nº 101, de 2000:

§ 3º O Poder Executivo colocará à disposição dos Poderes Legislativo, Judiciário, do Ministério Público, da Defensoria Pública e dos demais órgãos constitucionais independentes no mínimo trinta dias antes do prazo final para encaminhamento de suas propostas orçamentárias à Secretaria de Estado de Planejamento, Orçamento e Finanças (SEPOF), a estimativa da receita para o exercício de 2009.

Art. 15. A proposta orçamentária para o exercício de 2009 será elaborada considerando os seguintes parâmetros:

I - para estimativa das receitas:

a) tributárias:

1. inflação prevista com base no Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), da Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (FIBGE);

2. projeção do PIB Estadual;

b) transferidas pela União: de acordo com as estimativas da Secretaria do Tesouro Nacional (STN), compatibilizadas com o desempenho dessas receitas;

c) fundos estaduais: de acordo com a origem das receitas;

d) demais receitas próprias: Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), da Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (FIBGE) e outros índices de preços, avaliada a compatibilidade com o desempenho de cada item da receita:

II - para fixação das despesas:

a) de pessoal e encargos sociais:

1. variação na taxa de inflação mensurada pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA);
  2. crescimento vegetativo da folha;
  3. alteração nas estruturas de cargos e salários da Administração Pública Estadual aprovadas em lei;
  4. previsão de preenchimento de cargos comissionados e efetivos;
  5. às contribuições previdenciárias, em observância ao disposto na legislação específica; e
  6. observância aos tetos salariais estabelecidos no âmbito de cada Poder, do Ministério Público e dos demais órgãos constitucionais independentes.
- b) da dívida pública estadual, projetada com base nos indicadores que norteiam as cláusulas contratuais;
- c) dos débitos precatórios, conforme determinam o art. 100 da Constituição Federal e o art. 78 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT), com atualização monetária pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - Especial (IPCA-E), da Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (FIBGE) e o Índice Geral de Preços - Disponibilidade Interna - IGP-DI, o que for menor;
- d) demais despesas:
1. obras: com base no Índice Nacional de Custo da Construção Civil (INCC), da Fundação Getúlio Vargas (FGV);
  2. contratos de prestação de serviços de natureza continuada: pelo dissídio definido na data-base da categoria;
  3. energia, combustível e água: com base no Índice Geral de Preços de Mercado (IGP-M), da Fundação Getúlio Vargas (FGV);
  4. telefonia: com base no Índice de Serviços de Telecomunicações (IST), da Agência Nacional de Telecomunicações (ANATEL) ou do Índice Geral de Preços - Disponibilidade Interna (IGP-DI);
  5. gastos correntes referentes a serviços administrativos de natureza continuada do Poder Judiciário: pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC);
  6. outros itens: os índices IPCA, IGP-M e, ainda, a variação do dólar projetado, quando couber.

Parágrafo único. Os parâmetros de que trata o inciso II, alínea “a” deste artigo serão aplicados em observância aos limites legais para cada Poder, estabelecidos no art. 20 da Lei Complementar nº 101, de 2000.

Art. 16. A receita do Estado decorrente de dívida tributária deverá ser utilizada somente para o financiamento de despesas que não se caracterizem como despesas de pessoal. Parágrafo único. Para efeito do disposto no “caput” deste artigo, considera-se despesa de caráter continuado, despesa corrente derivada de lei ou ato administrativo normativo e que fixe a obrigação legal de sua execução por um período superior a dois exercícios.

Art. 17. Fica fixado, para efeito da elaboração da proposta orçamentária de 2009, dos Poderes Judiciário e Legislativo, do Ministério Público, da Defensoria Pública e dos demais órgãos constitucionais independentes, os seguintes percentuais da receita líquida de impostos nos termos do art 212, § 1º da Constituição Federal e da Portaria nº 575, de 30 de agosto de 2007 da Secretaria do Tesouro Nacional:

I - Assembléia Legislativa - 3,2168%

II - Poder Judiciário do Estado - 5,9510%

III - Ministério Público - 3,0523%

IV - Ministério Público de Contas do Estado - 0,2481%

V - Ministério Público junto ao Tribunal de Contas dos Municípios - 0,1591%

VI - Tribunal de Contas do Estado - 1,2110%

VII - Tribunal de Contas dos Municípios - 1,0092%

VIII - Defensoria Pública - 1,0602%.

§ 1º. A aplicação dos recursos orçamentários nas despesas de pessoal e encargos sociais, incluídas as despesas previdenciárias, deverá obedecer aos limites estabelecidos no art. 20, inciso II, da Lei Complementar nº 101, de 2000.

§ 2º Fica subtraído do limite estabelecido no inciso I deste artigo, no exercício de 2009, o percentual de 0,1235 da receita líquida de impostos, que será alocado para a Secretaria de Estado de Segurança Pública, como recursos adicionais específicos para a aquisição de veículos para a Polícia Militar e para a Polícia Civil, com vistas a atender aos municípios da Região Metropolitana de Belém e do interior do Estado do Pará.

§ 3º Do limite estabelecido no inciso VIII deste artigo, o percentual de 0,0510 da receita líquida de impostos deverá ser utilizado exclusivamente para a contratação de novos defensores públicos para o Estado do Pará, com vistas a ampliar os serviços da Defensoria Pública aos municípios onde não existem defensores públicos ou onde o atendimento é insuficiente.

§ 4º Dos percentuais previstos no inciso I para a Assembléia Legislativa do Estado, exercício de 2009, serão subtraídos valores correspondentes a 0,0445 da receita líquida de impostos, que serão alocados como recursos adicionais para a Santa Casa de Misericórdia do Pará, para investimentos no referido hospital.

§ 5º Ficam fixados os limites de despesa para pessoal e encargos sociais do Ministério Público de Contas do Estado e Ministério Público junto ao Tribunal de Contas dos

Municípios, nos termos do art. 20, inciso II, “a” da LRF/2000, da Receita Corrente Líquida, nos seguintes percentuais:

I - Ministério Público de Contas do Estado - 0,20%

II - Ministério Público junto ao Tribunal de Contas dos Municípios - 0,10%

Art. 18. Na programação dos investimentos em obras da Administração Pública Estadual só serão incluídos novos projetos depois de adequadamente atendidos aqueles em andamento e contempladas as despesas de conservação do patrimônio, conforme estabelece o art. 45 da Lei Complementar nº 101, de 2000.

§ 1º Terão precedência para alocação os novos projetos que, além de preencherem os requisitos do “caput” deste artigo, apresentem garantia de participação de parcerias para sua execução.

§ 2º Para efeito do disposto no “caput” do presente artigo serão consideradas:

I - obras em andamento: aquelas já iniciadas e cujo cronograma de execução ultrapasse o exercício de 2008;

II - despesas de conservação do patrimônio: aquelas destinadas a atender bens cujo estado indique possível ameaça à prestação de serviços, especialmente quanto à saúde, educação, assistência e segurança pública.

§ 3º Os órgãos do Poder Executivo que tiverem programado no Plano Plurianual 2008-2011 a realização de obras que ultrapassem um exercício financeiro e não incluam no Projeto de Lei dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social e de Investimento das Empresas de 2009, devem encaminhar a SEPOF justificativa circunstanciada da sua exclusão.

Art. 19. As transferências voluntárias de recursos do Estado, consignadas na Lei Orçamentária e em seus créditos adicionais, para outro ente da Federação, a título de cooperação, auxílio ou assistência financeira, serão formalizadas por meio de convênio, acordo ou outro ajuste entre as partes e dependerão da comprovação, por parte do ente beneficiado, no ato da assinatura do instrumento:

I - do atendimento ao disposto no art. 25 da Lei Complementar nº 101, de 2000;

II - da contrapartida definida no art. 25, inciso IV, alínea “d”, da Lei Complementar nº 101, de 2000, devidamente pactuada de acordo com a capacidade financeira do respectivo ente beneficiado, podendo ser atendida por intermédio de recursos financeiros ou bens e serviços economicamente mensuráveis;

III - da regularização, mediante atestado junto à Previdência Estadual;

IV - do atendimento do disposto na Lei Estadual nº 6.286, de 5 abril de 2000; e

V - da comprovação de consulta prévia ao Cadastro Único de Exigência para Transferências Voluntárias (CAUC).

§ 1º Ao órgão responsável pela transferência de recursos caberá:

I - verificar a observância das condições previstas neste artigo, mediante a apresentação de declaração, pelo ente beneficiado, que ateste o cumprimento das disposições estabelecidas, com a devida documentação comprobatória;

II - proceder aos trâmites necessários no Sistema de Execução Orçamentária (SEO) e no Sistema Integrado de Administração Financeira para Estados e Municípios (SIAFEM), facultando aos Poderes Legislativo e Judiciário, ao Ministério Público, Defensoria Pública e demais órgãos constitucionais independentes a utilização do SEO; e

III - acompanhar a execução das ações desenvolvidas com os recursos transferidos, remetendo à Assembléia Legislativa o resultado do convênio.

§ 2º Não se considera como transferência voluntária, para fins do disposto neste artigo, a descentralização de recursos a Municípios para realização de ações cuja competência seja exclusiva do Estado ou tenham sido delegadas com ônus aos referidos entes da Federação.

Art. 20. A Administração Pública Estadual poderá destinar recursos para, direta ou indiretamente, cobrir necessidades de pessoas físicas ou déficits de pessoas jurídicas, por meio de contribuições, auxílios, subvenções sociais, outros auxílios financeiros e material de distribuição gratuita.

§ 1º Para fins do disposto neste artigo, entende-se por:

I - contribuições: dotações destinadas a atender despesas que não correspondam contraprestação direta em bens e serviços e não sejam reembolsáveis pelo recebedor, bem como as destinadas a atender a despesas de manutenção de outras entidades de direito público ou privado;

II - auxílios: dotações destinadas a atender despesas de investimentos ou inversões financeiras de outras esferas de governo ou de entidades privadas sem fins lucrativos;

III - subvenções sociais: dotações destinadas a atender despesas de instituições privadas sem fins lucrativos, de caráter cultural ou assistencial, observado o disposto no art. 16 da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964;

IV - benefícios eventuais: dotações destinadas a atender despesas de concessão de auxílio financeiro diretamente as pessoas físicas, sob diferentes modalidades, como ajuda ou apoio financeiro, subsídio ou complementação na aquisição de bens, não classificadas explícita ou implicitamente em outros elementos de despesa; e

V - material de distribuição gratuita: dotações destinadas a atender despesa com a aquisição de materiais de distribuição gratuita, tais como livros didáticos e benefícios previstos no § 2º do art. 22 da Lei nº 8.742, de 07 de dezembro de 1993, que possam ser distribuídos gratuitamente, exceto os destinados a premiações culturais, artísticas, científicas, desportivas e outras.

§ 2º O recurso público destinado a atender pessoa física em situação de risco pessoal e social, para fins do disposto neste artigo, pode corresponder tanto à moeda em espécie, bens materiais ou sob a forma de prestação de serviços, desde que realizado estudo psico-social, sendo classificado nos termos dos incisos IV e V do § 1º deste artigo.

Art. 21. As dotações consignadas na Lei Orçamentária e as incluídas por créditos adicionais, na forma estabelecida nos incisos I, II e III do § 1º do artigo anterior, somente serão realizadas com entidades privadas que preencham pelo menos duas das seguintes condições:

I - sejam de atendimento direto e gratuito ao público, nas áreas de assistência social, saúde, segurança pública, educação, cultura e esporte e lazer;

II - sejam signatárias de contrato de gestão com a Administração Pública Estadual;

III - desenvolvam programas e projetos voltados à qualidade do meio ambiente, à agropecuária, à pesca e ao abastecimento;

IV - desenvolvam programas e projetos geradores de emprego e renda;

V - constituam consórcio intermunicipal de saúde, de educação, infra-estrutura, de agropecuária, de meio ambiente e assistência social formados exclusivamente por entes públicos legalmente instituídos e signatários de contratos de gestão com a Administração Pública Estadual e que participem da execução de programas nacionais para esses setores;

VI - estejam qualificadas como instituições de apoio ao desenvolvimento da pesquisa científica e tecnológica;

VII - sejam de apoio ao desenvolvimento dos serviços jurisdicionais;

VIII - contribuam diretamente para o alcance das diretrizes, objetivos e metas previstos no Plano Plurianual 2008-2011; e

IX - sejam constituídas sob a forma de associações, cooperativas ou qualquer outra forma de organização representativa da sociedade civil.

Parágrafo único. As associações, cooperativas, entidades, e qualquer forma de organização representativa da sociedade civil, previstas no *caput* e incisos deste artigo, têm que comprovar o funcionamento de suas atividades a pelo menos um ano.

Art. 22. A Lei Orçamentária de 2009, conforme dispõe o inciso III do art. 5º da Lei Complementar nº 101, de 2000, deverá conter Reserva de Contingência.

§ 1º A Reserva de Contingência, instituída pelo Decreto-Lei nº 200/67, é caracterizada como dotação de caráter global, não podendo atender a um órgão, programa ou categoria econômica em particular e será utilizada na execução orçamentária como fonte de recursos para cobertura de passivos contingentes ou outros riscos fiscais imprevistos.

§ 2º A Reserva de Contingência será fixada até o limite de três por cento da receita corrente líquida do Orçamento Fiscal, devendo constar na Lei Orçamentária na forma a seguir:

I - unidade orçamentária: código 9000;

II - categoria de programação específica: código “9009”; e

III - natureza da despesa: código “999999”, conforme estabelecido no alínea “g”, § 3º do artigo 5º desta Lei.

Art. 23. No Projeto de Lei Orçamentária somente poderão ser incluídas dotações relativas às operações de crédito contratadas ou cujo pedido de autorização para sua realização tenham sido encaminhadas ao Poder Legislativo, até 30 de agosto do mesmo exercício em que é elaborado o referido projeto.

Art. 24. O Poder Judiciário Estadual encaminhará à Casa Civil da Governadoria e à Procuradoria, até 15 de julho de 2008, a relação dos débitos constantes de precatórios judiciais reconhecidos até 1º de julho de 2008, para serem incluídos no Projeto de Lei Orçamentária, conforme determina o § 1º do art. 100 da Constituição Federal, discriminada por órgão da administração direta, autarquias e fundações, especificando:

I - número do ajuizamento da ação originária;

II - número do precatório;

III - tipo da causa julgada;

IV - data da autuação do precatório;

V - nome do beneficiário;

VI - valor do precatório a ser pago; e

VII - data do trânsito em julgado.

§ 1º Os órgãos e entidades devedoras, referidos no “caput” deste artigo, encaminharão à SEPOF, no prazo máximo de cinco dias, contados do recebimento da relação dos débitos pelo Poder Judiciário, apontando, se for o caso, eventuais divergências verificadas entre a relação e os processos que originaram os precatórios recebidos, para sua inclusão no Projeto de Lei Orçamentária.

§ 2º Caberá à Procuradoria Geral do Estado verificar e aferir os precatórios da administração direta, das autarquias e fundações do Poder Executivo Estadual.

§ 3º As dotações orçamentárias destinadas aos pagamentos previstos nos incisos IV e V do art. 11, desta Lei, deverão estar consignadas na Procuradoria Geral do Estado (PGE) para os órgãos da administração direta e, individualmente nos órgãos da administração indireta responsáveis pelo efetivo desembolso.

§ 4º A inclusão de dotações na Lei Orçamentária de 2009 destinadas ao pagamento de precatórios parcelados, em conformidade ao disposto no § 1º do art. 78 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT), far-se-á de acordo com os seguintes critérios:

I - serão objeto de parcelamento, após anuência do credor, os créditos superiores a 100 (cem) salários mínimos, na forma a seguir:

a) as parcelas serão mensais e sucessivas e não poderão ser inferiores ao valor referido no inciso I deste artigo, excetuando-se o resíduo, se houver;

b) os créditos serão individualizados, ou seja, por beneficiário e serão parcelados em até dez vezes; e

c) os créditos individualizados, por beneficiário, originários de desapropriação de imóvel residencial do credor, desde que comprovadamente único à época da imissão da posse, serão divididos em duas parcelas.

Art. 25. A criação, a expansão ou o aperfeiçoamento da ação governamental que acarrete aumento da despesa fica condicionado:

I - à apresentação de declaração do ordenador da despesa de que o aumento tem adequação orçamentária e financeira com a Lei Orçamentária Anual e compatibilidade com o Plano Plurianual 2008-2011 e com a Lei de Diretrizes Orçamentárias vigente;

II - à indicação da origem dos recursos para seu custeio e da estimativa prevista no art. 16, inciso I, da Lei Complementar nº 101, de 2000;

III - a não-afetação das metas fiscais, conforme estabelece o § 2º do art. 17 da Lei Complementar nº 101, de 2000; e

IV - a observância dos princípios do Programa de Qualidade de Gestão (PQG), no âmbito do Poder Executivo.

Parágrafo único. Excluem-se do disposto neste artigo, as despesas de caráter irrelevante, consideradas àquelas cujo valor não ultrapasse, para bens e serviços, os limites estabelecidos nos incisos I e II do artigo 24 da Lei 8.666, de 1993.

Art. 26. Para otimizar a aplicação dos recursos públicos, devem ser estabelecidos, pelos Poderes Legislativo, Judiciário e Executivo, Ministério Público, Defensoria Pública e demais órgãos constitucionais independentes, normas e medidas de racionalização de custos.

Parágrafo único. As normas e medidas referidas no “caput” deste artigo, no âmbito do Poder Executivo, serão estabelecidas pela Câmara de Custeio, criada pelo Decreto nº 894, de 3 de abril de 2008.

Art. 27. A Lei Orçamentária para o exercício de 2009 deverá consignar, no Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará (IGEPREV), os recursos orçamentários destinados ao Plano de Custeio do Regime Estadual de Previdência.

§ 1º Fica o Poder Executivo autorizado a transferir, quando necessário, recursos financeiros para a cobertura de déficit da Previdência Estadual, em conformidade com o estabelecido no inciso V do art. 84, da Lei Complementar nº 039, de 09 de janeiro de 2002, mediante prévia justificativa fundamentada, devendo ser encaminhada para a Assembléia Legislativa do Estado para conhecimento.

§ 2º A majoração dos encargos com a Previdência do Regime Estatutário Estadual decorrentes do aumento da alíquota das contribuições e/ou resultantes da expansão da base dos contribuintes aprovada por lei, após o encaminhamento do projeto de Lei Orçamentária para o exercício de 2009, fica condicionada a indicação pelo Poder Executivo de recursos adicionais para o seu financiamento.

## Seção II Das Vedações

Art. 28. Não poderão ser destinados recursos para atender despesas:

I - sem que estejam definidas as respectivas fontes de recursos;

II - destinadas a ações de caráter sigiloso, salvo quando realizadas por órgãos ou entidades cuja legislação que as criou estabeleça, entre suas competências, o desenvolvimento de atividades relativas à segurança da sociedade e do Estado e que tenham como pré-condição o sigilo;

III - para pagamento a servidores da administração pública ou empregado de empresa pública ou de sociedade de economia mista, por serviços a título de consultoria ou assistência técnica, inclusive custeada com recursos provenientes de convênios, acordos, ajustes ou instrumentos congêneres firmados com órgãos ou entidades de direito público ou privado, nacionais ou internacionais;

IV - para o pagamento de despesas com pessoal, a qualquer título, com recursos transferidos pelo Estado, a entidades privadas sem fins lucrativos, sob a forma de contribuições, subvenções e auxílios; e

V - com previdência complementar e congêneres.

## Seção III Da Descentralização dos Créditos

Art. 29. A descentralização de créditos orçamentários, efetuada para unidades orçamentárias integrantes dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social, será realizada por meio de destaque ou provisão de crédito, quando o órgão executor integrar os referidos orçamentos.

I - entende-se por destaque a operação descentralizadora externa de crédito orçamentário em que o gestor de um órgão transfere para outro órgão, fora de sua estrutura, o poder de utilização no todo ou em parte de recurso orçamentário que lhe tenha sido destinado na Lei Orçamentária Anual.

II - entende-se por provisão a operação descentralizadora interna de crédito orçamentário, por meio do qual uma unidade gestora transfere a execução de seu programa de trabalho para outra unidade gestora que lhe seja subordinada, ou seja, para outra unidade de sua própria estrutura, autorizando a movimentação de determinadas dotações orçamentárias.

§ 1º Para efeito do que dispõe o “caput” deste artigo, entende-se por descentralização de créditos orçamentários, a delegação da execução da programação de trabalho consignada no orçamento de um órgão, para execução por outro órgão da mesma esfera de governo.

§ 2º A utilização da descentralização de crédito orçamentário tem como objetivo a consecução do objeto previsto no Programa de Trabalho consignado na Lei Orçamentária, só devendo ser utilizada quando for para o fiel cumprimento a que se destinam os recursos aprovados em lei, devendo atender a necessidade de aprimoramento da ação de governo.

§ 3º Não poderá haver descentralização de crédito orçamentário para atendimento de despesas que não sejam atribuição do órgão ou entidade concedente ou quando o bem gerado com a aplicação dos recursos não puderem incorporar ao patrimônio do órgão concedente.

Art. 30. Os órgãos da administração pública, integrantes dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social, que optarem pela execução orçamentária na forma de destaque orçamentário, deverão elaborar Plano de Aplicação a ser submetido à SEPOF, para efeito da autorização da quota orçamentária.

Seção IV  
Da Execução

Art. 31. A execução orçamentária e financeira será registrada no Sistema Integrado de Administração Financeira para Estados e Municípios (SIAFEM), no Sistema de Gestão dos Programas do Estado do Pará (GP Pará), no Sistema de Execução Orçamentária (SEO) e no Sistema Integrado de Materiais e Serviços (SIMAS).

§ 1º Fica facultado aos Poderes Legislativo e Judiciário, ao Ministério Público, a Defensoria Pública e aos demais órgãos constitucionais independentes a utilização do Sistema de Gestão dos Programas do Estado do Pará (GP Pará) e do Sistema de Execução Orçamentária (SEO) e do Sistema Integrado de Materiais e Serviços (SIMAS);

**\*APOSTO CONFORME PUBLICADO NO DOE Nº 31.437, de 10/06/2009.**

LEI Nº 7.193, DE 5 DE AGOSTO DE 2008, publicada no D.O.E Nº 31.281, de 22/10/08, passa a vigorar o § 2º do art. 31 com a seguinte redação:

Art. 31 .....  
§ 1º .....

§ 2º Fica disponibilizado a cada Deputado Estadual, para consultas, mediante solicitação do Presidente da Assembléia Legislativa, senha de acesso ao Sistema Integrado de Administração Financeira para Estados e Municípios (SIAFEM) para acompanhamento da execução orçamentária e financeira, assim como do Sistema de Gestão dos Programas do Estado do Pará (GP Pará).

PALÁCIO CABANAGEM, GABINETE DA PRESIDÊNCIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARÁ, EM 02 DE JUNHO DE 2009.

DEPUTADO DOMINGOS JUVENIL  
Presidente da Assembléia Legislativa do Estado do Pará

\* Republicado em virtude de parte do veto aposto ao referido parágrafo, ter sido rejeitado pelo Plenário da Assembléia Legislativa do Estado do Pará.

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

§ 2º V E T A D O.

\* Este parágrafo foi vetado pela Mensagem da Governadora, nº 086/08-GG, de 05/08/2008, publicada no DOE Nº 31.228, de 07/08/2008.

\* **RAZÕES DO VETO:**

“ O parágrafo 2º do artigo 31 trata da disponibilização de acesso a cada Deputado Estadual, para consultas no Sistema Integrado de Administração Financeira para Estados e Municípios (SIAFEM), no Sistema de Gestão dos Programas do Estado do Pará (GP Pará), e do Sistema de Execução Orçamentária (SEO) e o Sistema Integrado de Materiais e Serviços (SIMAS).

Em relação ao dispositivo mencionado cumpre ressaltar que Tribunal de Contas do Estado (TCE), órgão que auxilia a Assembléia Legislativa no Controle Externo das contas do Governo do Estado do Pará, conforme preceitua o art. 116, Inciso I da Constituição Estadual, possui acesso aos Sistemas Cooperativos do Estado mencionados do §2º do art. 31, podendo gerar informações já filtradas e analisadas para disponibilização em tempo real aos Deputados Estaduais.

Ademais a disponibilização de acesso dos referidos Sistemas aos Deputados, implica em grande embaraço na operacionalização, pois não há como disponibilizar o acesso a novos usuários, ainda que somente para consulta, sem que haja implementação de novos equipamentos, o que acarretará em elevada despesa para a criação de um módulo específico objetivando a prestação desse serviço através do mencionado Sistema.”

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

Art. 32. As receitas e as despesas orçamentárias dos órgãos, fundos e entidades integrantes dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social devem ser registradas no

SIAFEM, por ocasião da sua arrecadação e liquidação, respectivamente, observando, obrigatoriamente, as seguintes peculiaridades:

I - receita - no mês em que ocorrer o respectivo ingresso;

II - folha de pessoal e encargos sociais - dentro do mês de competência a que se referir o gasto;

III - fornecimento de material - pela data da entrega;

IV - prestação de serviço - pela data da realização; e

V - obras - na ocasião da medição.

Art. 33. A gestão patrimonial será realizada, no âmbito de cada Poder, do Ministério Público, da Defensoria Pública e demais órgãos constitucionais independentes.

§ 1º Todo bem patrimonial adquirido no exercício de 2009, com recursos dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social ou de Convênios serão tombados pelo Órgão detentor do recurso orçamentário, passando a integrar o seu patrimônio;

§ 2º A gestão patrimonial no âmbito do Poder Executivo será efetivada por meio do Sistema Integrado de Materiais e Serviços (SIMAS).

Art. 34. Os recursos repassados à conta do Tesouro Estadual às empresas em que o Estado, direta ou indiretamente, detenha a maioria do capital social com direito a voto, mediante subscrição de ações, destinar-se-ão ao financiamento de investimentos do setor e ao serviço da dívida.

Art. 35. Os Poderes, o Ministério Público, a Defensoria Pública e os demais órgãos constitucionais independentes, deverão elaborar e publicar, por ato próprio, até quarenta e cinco dias após a publicação da Lei Orçamentária de 2009, a programação orçamentária e o cronograma de execução mensal de desembolso dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social, para o primeiro quadrimestre, nos termos do art. 8º da Lei Complementar nº 101, de 2000.

§ 1º Para o Poder Executivo, o ato referido no “caput” deste artigo, será deliberado pela Junta de Coordenação Orçamentária e Financeira de Governo e os que o modificarem, sendo constituído de:

I - meta quadrimestral para o resultado primário dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social;

II - meta quadrimestral da receita do Estado, com especificação em metas bimestrais de arrecadação, desdobradas pela origem dos recursos;

III - quotas orçamentárias mensais, discriminando as despesas por unidade orçamentária, programa, grupo de despesa e fonte de financiamento; e

IV - cronograma de pagamento mensal das despesas à conta de recursos do Tesouro e de outras fontes, por grupo de despesa.

§ 2º Para os Poderes Legislativo e Judiciário, o Ministério Público, a Defensoria Pública e os demais órgãos constitucionais independentes, o ato referido no “caput” deste artigo será publicado no prazo de vinte dias, a contar da data do recebimento das informações do Poder Executivo, na forma estabelecida no Inciso III.

§ 3º A programação orçamentária e o cronograma de execução mensal de desembolso dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social dos demais quadrimestres serão publicados trinta dias após o encerramento do quadrimestre anterior.

§ 4º A disponibilização das quotas orçamentárias será efetivada no SIAFEM, mensalmente, por cada órgão dos Poderes do Estado, pelo Ministério Público, pela Defensoria Pública e demais órgãos constitucionais independentes.

§ 5º Para o Poder Executivo a responsabilidade referida no parágrafo anterior é da Secretaria Estadual de Planejamento, Orçamento e Finanças (SEPOF).

Art. 36. Verificado, ao final de cada bimestre, que a realização da receita poderá não comportar o cumprimento das metas fiscais estabelecidas na Lei Orçamentária, os Poderes, o Ministério Público, a Defensoria Pública e os demais órgãos constitucionais independentes, promoverão, por ato próprio e nos montantes necessários, nos trinta dias subsequentes, limitação de empenho e movimentação financeira, observando os seguintes critérios:

I - proporcionalidade de participação de cada um, conforme limites definidos no art. 17 desta Lei.

II - comportamento dos recursos legalmente vinculados à finalidade específica;

III - cumprimento dos limites dos gastos com pessoal e encargos sociais, serviço da dívida, transferências constitucionais aos Municípios, vinculação à educação e à saúde;

IV - conservação dos recursos das contrapartidas estaduais a convênios firmados; e

V - garantia do cumprimento das despesas decorrentes de sentenças judiciais transitadas em julgado.

§ 1º Cabe ao Poder Executivo, informar aos Poderes Legislativo e Judiciário, ao Ministério Público, a Defensoria Pública e aos demais órgãos constitucionais independentes, até o décimo dia após o encerramento do prazo estabelecido no “caput” deste artigo, o montante que caberá a cada um na limitação de empenho e da movimentação financeira, inclusive os parâmetros adotados.

§ 2º Os Poderes Legislativo e Judiciário, o Ministério Público, a Defensoria Pública e os demais órgãos constitucionais independentes, com base na informação de que trata o § 1º deste artigo, publicarão ato, no prazo de quinze dias, a contar do recebimento das informações, estabelecendo as despesas, com os respectivos valores, que serão objeto de limitação de empenho e movimentação financeira.

Art. 37. Os Poderes Legislativo e Judiciário, o Ministério Público e os demais Órgãos Constitucionais Independentes deverão recolher, até o 30º (trigésimo) dia do mês subsequente, para Conta Única do Estado a diferença do Imposto de Renda - Pessoa Física, retido na fonte, incidente sobre a remuneração de seus servidores e prestadores de serviços, após a apuração e o quotejamento entre as cotas devidas e os valores efetivamente repassados pelo Poder Executivo.

Parágrafo único. Excetua-se o disposto no “caput”, o mês de dezembro do exercício, que será apurado por estimativa de receita.

Art. 38. Os grupos de natureza da despesa aprovados na Lei Orçamentária Anual em cada projeto, atividade e operações especiais, terão seu detalhamento registrado no SIAFEM, por elemento de despesa no Quadro de Detalhamento da Despesa (QDD), no primeiro dia útil do exercício de 2009.

Parágrafo único. As alterações necessárias nos elementos de despesa, referidos no “caput” deste artigo, serão registradas no SIAFEM pelas unidades orçamentárias, no âmbito de cada Poder constituído, do Ministério Público, da Defensoria Pública e dos demais órgãos constitucionais independentes, desde que sejam efetivadas no mesmo projeto, atividade e operação especial e no mesmo grupo de natureza da despesa aprovados na Lei Orçamentária.

Art. 39. A execução das atividades, projetos e operações especiais integrantes dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social dos órgãos do Poder Executivo, a quando de seu empenho, devem ser objeto de detalhamento da ação planejada, no Sistema GP Pará, de modo a garantir o gerenciamento dos Programas do PPA 2008-2011.

Parágrafo único. Entende-se por detalhamento da ação planejada, o menor nível de programação, sendo utilizado para especificar a localização física da ação e a transparência dos recursos financeiros aplicados.

Art. 40. A Lei Orçamentária Anual conterà autorização para abertura de créditos suplementares, conforme o disposto no art. 7º, inciso I, da Lei nº 4.320, de 1964.

Art. 41. As alterações na Lei Orçamentária Anual, mediante a abertura de crédito suplementar, serão autorizadas por decreto do chefe do Poder Executivo, e deverão ser solicitados à SEPOF, por meio do SEO, exclusivamente nos meses de março, junho, setembro e dezembro.

§ 1º Excetua-se do disposto neste artigo às solicitações destinadas ao atendimento de situações reconhecidas como emergenciais, bem como ao cumprimento de novas obrigações legais.

§ 2º Compete aos dirigentes máximos dos Poderes Legislativo e Judiciário, do Ministério Público, da Defensoria Pública e dos demais órgãos constitucionais independentes o reconhecimento das situações emergenciais previsto no § 1º, e no âmbito do Poder Executivo, compete ao Secretário de Estado de Planejamento, Orçamento e Finanças.

§ 3º Excluem-se do disposto do “caput” deste artigo, as alterações orçamentárias mediante abertura de crédito suplementar com indicação de recursos compensatórios dos próprios órgãos, até o limite de 25%, no âmbito dos órgãos dos Poderes Legislativo, Judiciário, do Ministério Público, da Defensoria Pública e demais órgãos constitucionais independentes.

Art. 42. Os créditos suplementares autorizados na Lei Orçamentária Anual, com indicação de recursos compensatórios dos próprios órgãos, nos termos do art. 43, § 1º, Inciso III, da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, serão abertos, até o limite de 25%, no âmbito que integram os Poderes Legislativo e Judiciário, o Ministério Público, a Defensoria Pública e os demais órgãos constitucionais independentes, por ato dos seus dirigentes, observados os prazos estabelecidos no "caput" do art. 41 desta Lei.

Art. 43. Os recursos do Tesouro Estadual, destinados ao atendimento das ações e serviços públicos de saúde e para a assistência social serão programados integralmente nas unidades orçamentárias, Fundo Estadual de Saúde (FES) e Fundo Estadual da Assistência Social (FEAS), respectivamente, respeitada a legislação sobre a matéria.

Parágrafo único. A operacionalização da programação referida no “caput” deste artigo ocorrerá mediante a descentralização de crédito orçamentário do FES e FEAS às unidades executoras das ações e serviços públicos de saúde e de assistência social.

Art. 44. A expansão, o aperfeiçoamento ou criação de despesas relacionadas à tecnologia de informação e comunicação, pelos órgãos do Poder Executivo, ficam sujeitas à avaliação de mérito da Empresa de Processamento de Dados do Pará (PRODEPA) e da Secretaria de Estado de Comunicação (SECOM), no que couber e, da análise do impacto orçamentário pela SEPOF, bem como da deliberação da Junta de Coordenação Orçamentária e Financeira de Governo.

Art. 45. A programação de trabalho financiada com recursos do Fundo de Reparcelamento do Judiciário (FRJ) deverá ser alocada no Tribunal de Justiça do Estado do Pará (TJE).

§ 1º A operacionalização da programação de que trata o “caput” deste artigo ocorrerá mediante destaque ou provisão de crédito orçamentário às unidades executoras da programação do Fundo de Reparcelamento do Judiciário.

§ 2º Para fins do disposto no parágrafo anterior são unidades executoras da programação do FRJ:

I - Tribunal de Justiça do Estado;

II - Justiça Militar do Estado;

III - Escola Superior da Magistratura;

IV - Pólo Regional de Santarém; e

V - Pólo Regional de Marabá.

Art. 46. As empresas estatais integrantes do Orçamento de Investimento das Empresas deverão disponibilizar na internet, até trinta dias após o encerramento de cada bimestre, quadro demonstrativo das receitas e despesas realizadas, para efeito de monitoramento, controle e avaliação pela Junta de Coordenação Orçamentária e Financeira de Governo. Parágrafo único. O quadro referido no “caput” deste artigo especificará as receitas e despesas conforme discriminação prevista no art. 187 da Lei nº 6.404/76.

#### CAPÍTULO IV DAS NORMAS PARA A AVALIAÇÃO DOS PROGRAMAS DE GOVERNO

Art. 47. A avaliação dos programas constantes do Plano Plurianual 2008-2011, financiados com recursos dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social e do Orçamento de Investimentos das Empresas, tem caráter permanente e, é destinada ao aperfeiçoamento dos programas e do plano de governo.

§ 1º Para efeito do que dispõe o “caput” deste artigo deverá ser utilizado o Sistema de Gestão de Programas do Estado do Pará (GP Pará).

§ 2º Compete aos órgãos da administração pública do Poder Executivo, a alimentação, no Sistema GP Pará, das informações de execução das ações de governo, bem como de outras informações gerenciais que subsidiem a tomada de decisão.

I - responderão solidariamente pelas informações acima referidas, o gestor do órgão e o técnico responsável pela alimentação dos dados no Sistema GP Pará;

II - o não cumprimento do disposto no § 2º, deste artigo, será submetido à apreciação da Junta de Coordenação Orçamentária e Financeira de Governo, que poderá adotar medidas de restrição orçamentária, até que sejam alimentadas as informações no Sistema.

III - para efeito de cumprimento do disposto no inciso anterior caberá a SEPOF monitorar o Sistema GP Pará e informar a Junta de Coordenação Orçamentária e Financeira de Governo.

Art. 48. A avaliação dos programas a que se refere o “caput” deste artigo é efetivada anualmente, compreendendo:

I - avaliação de Programas - análise de resultados dos programas, por meio dos indicadores de eficiência e eficácia e dos indicadores de programas;

II - avaliação Setorial - análise de resultados dos programas na política setorial, a partir dos indicadores setoriais;

III - avaliação por Macro-objetivo - análise do conjunto de políticas públicas de governo na concretização dos macro-objetivos de governo.

Parágrafo único. A avaliação de que trata o “caput” deste artigo, para os Poderes Legislativo e Judiciário, o Ministério Público, a Defensoria Pública e os demais órgãos constitucionais independentes, fica condicionada à implantação de sistemática de avaliação no âmbito de cada ente.

## CAPÍTULO V DAS DISPOSIÇÕES RELATIVAS ÀS DESPESAS DO ESTADO COM PESSOAL

Art. 49. No exercício financeiro de 2009, a despesa total do Estado com pessoal, conforme definido no art. 18 da Lei Complementar nº 101, de 2000, observará o limite máximo de 60% (sessenta por cento), da receita corrente líquida, apurada na forma do art. 19, inciso II, e as condições estabelecidas nos arts. 16 e 17 da referida Lei Complementar.

Parágrafo único. A repartição do limite global não poderá exceder os limites estabelecidos no art. 20, inciso II, da Lei Complementar nº 101, de 2000.

Art. 50. Se a despesa com pessoal exceder a noventa e cinco por cento do limite, fica vedado para aqueles que incorrerem no excesso:

I - a concessão de vantagem, aumento, reajuste ou adequação de remuneração, a qualquer título, salvo os derivados de sentença judicial ou de determinação legal ou contratual, ressalvada a revisão prevista no art. 37, inciso X, da Constituição Federal;

II - a criação de cargo, emprego ou função;

III - a alteração de estrutura de carreira que implique aumento de despesa;

IV - o provimento de cargo público, admissão ou contratação de pessoal, a qualquer título, ressalvada a reposição decorrente de aposentadoria ou falecimento de servidores das áreas de educação, saúde e segurança; e

V - a realização de hora-extra, salvo no caso do disposto no art. 99, § 8º, inciso I, da Constituição Estadual, e aquelas destinadas ao atendimento de relevantes interesses públicos, especialmente os voltados para as áreas de segurança, assistência social, saúde, justiça e das funções essenciais à justiça, que ensejam situações emergenciais de risco ou de prejuízo para a sociedade.

Art. 51. Os projetos de lei sobre criação e transformação de cargos, bem como os relacionados ao aumento de gastos com pessoal e encargos sociais, deverão ser acompanhados, no âmbito de cada Poder, do Ministério Público, da Defensoria Pública e dos demais órgãos constitucionais independentes, de demonstrativo da observância do inciso II do art. 20 da Lei Complementar nº 101, de 2000.

§ 1º No âmbito do Poder Executivo, as manifestações de que trata o “caput” deste artigo são de competência da Secretaria de Estado de Administração e da SEPOF, com a ratificação da Procuradoria Geral e Consultoria Geral do Estado.

§ 2º Para atendimento do disposto no “caput” deste artigo, os projetos de lei serão sempre acompanhados de declaração do titular do órgão e do ordenador de despesa, com as premissas e metodologias de cálculo utilizadas, conforme estabelece os artigos 16 e 17 da Lei Complementar nº 101, de 2000.

Art. 52. Os Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, o Ministério Público, a Defensoria Pública e os demais órgãos constitucionais independentes poderão realizar concurso público ficando condicionadas as respectivas contratações ao estabelecido no art. 16 e ao limite estabelecido no inciso II do art. 20 da Lei Complementar nº 101, de 2000.

Art. 53. Os Poderes Executivo, Judiciário e Legislativo, bem como o Ministério Público, Defensoria Pública e os demais órgãos constitucionais independentes, farão publicar, no Diário Oficial do Estado, até o vigésimo (20) dia do mês subsequente ao bimestre vencido, individualmente, a remuneração do pessoal ativo e inativo e dos pensionistas realizada no bimestre anterior, na forma do demonstrativo - Anexo III, o qual é parte integrante desta Lei.

## CAPÍTULO VI DAS DISPOSIÇÕES SOBRE AS ALTERAÇÕES NA LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA DO ESTADO

Art. 54. O Chefe do Poder Executivo poderá encaminhar à Assembléia Legislativa proposta de alteração na legislação tributária, com o objetivo de adequá-la à promoção do desenvolvimento socioeconômico.

Parágrafo único. Os efeitos das alterações na legislação tributária serão considerados na estimativa da receita, especialmente os relacionados com:

- a) benefícios e incentivos fiscais;
- b) fiscalização e controle das renúncias fiscais condicionadas;
- c) medidas do Governo Federal, em especial as de política tributária;
- d) tratamento tributário diferenciado à microempresa e à empresa de pequeno porte, bem como a outros contribuintes de micro e pequeno porte, inclusive as de caráter cooperativista e associativo, em especial as que têm origem em formas familiares de produção e consumo urbano e rural.

Art. 55. A concessão ou ampliação de incentivo, isenção ou benefício de natureza tributária ou financeira deverá estar acompanhada de estimativa do impacto nas finanças públicas estaduais, assim como das medidas de compensação previstas na legislação em vigor.

Art. 56. Na estimativa das receitas do Projeto de Lei Orçamentária deverão ser considerados os efeitos de propostas de alteração na legislação tributária e das contribuições que sejam objeto de projetos de lei em tramitação na Assembléia Legislativa.

§ 1º Se estimada a receita na forma deste artigo, no Projeto de Lei Orçamentária será identificada à programação de despesa condicionada às alterações de que trata este artigo.

§ 2º Caso as alterações propostas não sejam aprovadas, ou o sejam de forma a gerar receita menor que a estimada na Lei Orçamentária, as dotações correspondentes serão

canceladas na mesma proporção da frustração da estimativa de receita, mediante decreto do Poder Executivo, até 31 de julho de 2009.

## CAPÍTULO VII DA POLÍTICA DE APLICAÇÃO DA AGÊNCIA FINANCEIRA OFICIAL DE FOMENTO

Art. 57. O novo modelo de desenvolvimento do Governo foi concebido a partir da dimensão e diversidade territoriais do Estado, orientando o fomento nas trajetórias sustentáveis e voltadas para a melhoria da qualidade de vida da população, tendo como principais diretrizes:

I - estimular a mudança da matriz produtiva do Estado de forma a permitir uma maior difusão social dos impactos do aumento do PIB em termos de distribuição de renda e da melhoria das condições de vida da população;

II - estimular políticas de desenvolvimento de Ciência & Tecnologia e Inovação de forma a compatibilizar aumento de produtividade e o aproveitamento sustentável do potencial social, energético e do capital natural local;

III - promover políticas de inclusão social com foco no fortalecimento do capital humano e na capacidade auto-gestionária dos agentes econômicos locais, com prioridade para a Região do Marajó, que vem apresentando elevados níveis de exclusão social;

IV - pactuar um modelo de desenvolvimento rural e urbano sustentáveis com base em política de ordenamento territorial (Gestão Ambiental, Gestão Fundiária e Gestão de Florestas) e de fortalecimento de redes de atividades produtivas locais;

V - estabelecer uma política industrial consistente com os objetivos do aumento do grau de competitividade da indústria local e o respeito à legislação ambiental;

VI - promover a melhoria dos padrões de inserção dos cidadãos e dos diversos territórios na vida econômica;

VII - promover políticas que visem o apoio às micro e pequenas empresas de forma a incentivar a geração de emprego e renda; e

VIII - instituir a política de Economia Popular e Solidária no Estado do Pará.

Parágrafo único. O fomento referido no “caput” deste artigo será efetuado de forma autônoma e/ou complementar às de outras linhas de crédito oficiais existentes, através dos seguintes instrumentos:

I - Fundo de Desenvolvimento Econômico do Estado do Pará (FDE);

II - CREDPARÁ;

III - BANPARÁ Comunidade;

IV - Fundo para o Desenvolvimento Sustentável da Base Produtiva do Estado do Pará (Banco do Produtor);

V - Incentivos Produtivos; e

VI - Fundo Estadual de Meio Ambiente (FEMA).

## CAPÍTULO VIII DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 58. As propostas de emenda parlamentar à Programação de Trabalho previstas no Projeto de Lei Orçamentária Anual, além do atendimento ao disposto no art. 205, § 2º, da Constituição Estadual, deverão ter cumulativamente:

I - previsão de recursos orçamentários compatível com a realização do objeto da emenda proposta; e

II - enquadramento aos objetivos dos programas, à base estratégica do Plano Plurianual 2008-2011 e às diretrizes estabelecidas nesta Lei.

Parágrafo único. O cumprimento do previsto no inciso I deste artigo, fica condicionado ao fornecimento aos Parlamentares, por parte do Poder Executivo, quando do envio da proposta orçamentária, de planilhas com os custos médios, em seu menor nível, de obras e serviços usualmente realizados pela Administração Estadual.

Art. 59. O Projeto de Lei Orçamentária Anual será devolvido para sanção até o encerramento da Sessão Legislativa, conforme o disposto no § 5º do art. 204 da Constituição Estadual.

§ 1º Na hipótese da Lei Orçamentária Anual não ser sancionada até o dia 31 de dezembro de 2008, fica autorizada a execução da proposta orçamentária originalmente encaminhada à Assembleia Legislativa do Estado do Pará, sendo as dotações orçamentárias liberadas mensalmente, obedecendo aos seguintes limites:

I - no montante necessário para a cobertura de despesas com pessoal e encargos sociais, pagamento de benefícios da previdência social, serviço da dívida, débitos precatórios, obras em andamento, contratos de serviços, contrapartidas estaduais e demais despesas de caráter continuado;

II - até o limite de sua efetiva arrecadação, para as despesas financiadas com receitas vinculadas e de operações de crédito.

§ 2º Os saldos negativos eventualmente apurados em virtude do procedimento previsto no inciso I do § 1º deste artigo, serão ajustados após a sanção da Lei Orçamentária, mediante a abertura de créditos adicionais com base em remanejamento de dotações orçamentárias.

Art. 60. A proposição de dispositivo legal que crie órgãos, fundos, programas especiais ou similares, vinculando receita ou originando nova despesa, deverá, obrigatoriamente,

atender ao disposto nos arts. 16 e 17 da Lei Complementar nº 101, de 2000, e ser submetida previamente à SEPOF.

Art. 61. A reabertura dos créditos especiais e extraordinários, conforme disposto no art. 206 § 2º, da Constituição Estadual, será efetivada, quando necessária, mediante decreto do chefe do Poder Executivo.

Parágrafo único. A reabertura a que se refere o “caput” deste artigo, no limite dos saldos, fica condicionada à existência de superávit financeiro na fonte a qual os créditos foram abertos.

Art. 62. Observados os limites globais de empenho e a suficiência de disponibilidade de caixa, serão inscritas em Restos a Pagar somente as despesas empenhadas e efetivamente realizadas até 31 de dezembro.

§ 1º Para fins do disposto neste artigo, consideram-se realizadas as despesas em que a contra-prestação em bens, serviços ou obras tenha efetivamente ocorrido no exercício e que estejam devidamente amparadas por títulos e documentos comprobatórios do respectivo crédito, conforme estabelecido no art. 63 da Lei nº 4.320, de 1964.

§ 2º O pagamento de Restos a Pagar no exercício seguinte, inscritos no exercício anterior, somente será efetuado se no ato de sua inscrição tiverem sido observados os mesmos requisitos previstos no “caput” deste artigo.

§ 3º O saldo das dotações empenhadas referente às despesas não realizadas será anulado; e

§ 4º As despesas mencionadas no § 3º deste artigo, poderão ser reempenhadas, até o montante dos saldos anulados, a conta da dotação do orçamento do exercício seguinte, observada a classificação orçamentária correspondente.

Art. 63. Ficam os Poderes Executivo, Judiciário e Legislativo, o Ministério Público, a Defensoria Pública e os demais órgãos constitucionais independentes, autorizados a parcelar os débitos de exercícios anteriores, reconhecidos administrativamente, de forma a garantir o equilíbrio das contas públicas e o controle sobre os gastos.

§ 1º Para fins do disposto neste artigo, os Poderes Legislativo e Judiciário, o Ministério Público, a Defensoria Pública e os demais órgãos constitucionais independentes, poderão estabelecer normas, por ato de seus titulares.

§ 2º As normas operacionais aos órgãos da administração pública do Poder Executivo, serão estabelecidas pela Junta de Coordenação Orçamentária e Financeira de Governo.

Art. 64. As normas e os prazos relativos ao encerramento da execução orçamentária, financeira e patrimonial do exercício serão regulamentadas por ato do Poder Executivo, após manifestação de cada Poder constituído, do Ministério Público, da Defensoria Pública e dos demais órgãos constitucionais independentes, devendo ser observado o exercício fiscal, a legislação pertinente e a autonomia administrativa e financeira de cada um.

Art. 65. Caberá, aos órgãos da administração direta e indireta do Poder Executivo, inclusive seus fundos, movimentarem seus recursos financeiros no Sistema de Conta Única do Estado, de acordo com as deliberações da Junta de Coordenação Orçamentária e Financeira de Governo.

Parágrafo único. De forma a assegurar o aperfeiçoamento da gestão financeira do Estado, poderão os Poderes Legislativo e Judiciário, o Ministério Público, a Defensoria Pública e os demais órgãos constitucionais independentes aderirem à sistemática definida no caput deste artigo.

Art. 66. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

PALÁCIO GOVERNO, 5 de agosto de 2008.

ANA JÚLIA CAREPA  
Governadora do Estado

\* Republicado por ter saído com incorreção no DOE N° 31.227, de 06/08/2008.

DOE N° 31.281, de 22/10/2008.

ANEXO DA LEI N° 7.193, 05/08/2008 – LDO 2009

GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ  
SECRETARIA EXECUTIVA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO,  
ORÇAMENTO E FINANÇAS - SEPOF

METAS PROGRAMÁTICAS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA ESTADUAL

(Art.165, 2º da Constituição Federal e Art. 203, 3º da Constituição Estadual)

**PODER LEGISLATIVO**

Programa/ Ação / Produto / Unidade Medida	Quantidade
<b>SOCIAL COMUNITÁRIO</b>	
2335 - Apoio à Entidades e Eventos Culturais	
Comunidade Atendida (Un)	250
4491 - Apoio as Ações dos Municípios	
Município Atendido (Un)	143
4450 - Implementação das Ações da Creche / Escola do Legislativo	
Aluno Atendido (Un)	4.000
4492 - Implementação das Ações do Ambulatório	
Pessoa Atendida (Un)	80.000
4452 - Implementação das Ações do Centro de Atendimento ao Cidadão -	

	CAC			
	Pessoa Atendida (Un)			120.000

## PODER JUDICIÁRIO

Programa/ Ação / Produto / Unidade Medida					Quantidade
JUSTIÇA AO ALCANCE DE TODOS					
1893 -	Atualização Tecnológica dos Sistemas de Processos Judiciais				
	Sistema Implantado (Un)				1
4943 -	Atualização, Expansão e Manutenção do Parque Computacional do Poder Judiciário				
	Parque Atualizado (Un)				1
1888 -	Expansão da Infra-estrutura Judiciária				
	Prédio Construído (Un)				23
1891 -	Implantação de Gerenciamento Eletrônico de Documentos do Arquivo Judiciário				
	Documento Digitado (Prc)				10
1863 -	Implantação de Sistemas de Controle e Gerenciamento dos Gastos				
	Sistema Implantado (Un)				1
1894 -	Implantação do Sistema de Informação da Justiça Estadual				
	Sistema Implantado (Un)				1
1892 -	Implantação do Sistema PROJUD em Juizados Especiais				
	Sistema Implantado (Un)				1
4938 -	Implementação das Ações de Comunicação e Publicidade				
	Publicidade Efetivada (Un)				12
4937 -	Implementação das Atividades da Escola Superior da Magistratura				
	Pessoa Capacitada (Un)				224
4942 -	Implementação de Segurança da Informação				
	Sistema Implantado (Un)				1
4940 -	Implementação de Sistema Integrado de Justiça				
	Instituição Integrada (Un)				1
4936 -	Implementação e Interiorização das Ações da Justiça				
	Magistratura Atendida				108

	(Un)					
4941 -	Manutenção e Expansão da Rede de Comunicação entre Comarcas					
	Unidade Interligada (Un)					108

## PODER EXECUTIVO

Programa/ Ação / Produto / Unidade Medida						Quantidade
ÁGUA PARA TODOS						
1871 -	Ampliação de Sistemas de Abastecimento de Água					
	Ligação Implantada (Un)					44.735
1925 -	Ampliação de Sistemas de Abastecimento de Água - PAC					
	Ligação Implantada (Un)					12.634
1933 -	Ampliação do Sistema de Abastecimento de Água Urbana, Rural e ou Ribeirinha					
	Ligação Implantada (Un)					6.500
1868 -	Implantação de Banco de Dados Referente a Recursos Hídricos					
	Banco de Dados Implantado (Un)					61
1869 -	Implantação de Sistemas de Abastecimento de Água					
	Ligação Implantada (Un)					9.099
1865 -	Implantação de Sistemas de Abastecimento de Água - PARÁ URBE					
	Ligação Implantada (Un)					8.400
1926 -	Implantação e Ampliação de Sistemas de Esgotamento Sanitário - PAC					
	Ligação Realizada (Un)					6.400
1923 -	Implantação, Ampliação e Melhoria de Sistema de Abastecimento de Água					
	Ligação Realizada (Un)					164.367
6039 -	Implementação de Ações de Controle da Qualidade da Água					
	Município Atendido (Un)					58
1927 -	Melhoria de Sistemas de Abastecimento de Água					
	Município Atendido (Un)					58
4810 -	Operacionalização das Ações de Saneamento					
	Sistema Operado (Un)					58
1872 -	Promoção do Desenvolvimento Institucional					
	Município Atendido (Un)					58
BOLSA TRABALHO						
6049 -	Apoio à Empreendimentos da Economia Solidária					
	Empreendimento Implementado					358

	(Un)				
4845 -	Apoio as Atividades Produtivas para Geração de Trabalho e Renda				
	Produtor Atendido (Un)				29.000
4832 -	Atendimento e operacionalização do Seguro-Desemprego				
	Trabalhador Atendido (Un)				615
6048 -	Concessão do Benefício Bolsa Trabalho				
	Bolsista Beneficiado (Un)				64.400
4830 -	Implementação da Intermediação de Mão-de-Obra				
	Trabalhador Colocado (Un)				16.700
4844 -	Implementação de Balcões de Emprego				
	Balcão Implementado (Un)				18
4843 -	Implementação de Comissões de Emprego				
	Comissão Implementada (Un)				52
4829 -	Implementação de Plano de Qualificação Profissional do Trabalhador				
	Trabalhador Qualificado (Un)				43.564
2558 -	Operacionalização das Ações Administrativas do Banco do Cidadão				
	Ação Realizada (Prc)				100
<b>CAMINHOS DA PARCERIA</b>					
4961 -	Acompanhamento de Obras de Engenharia de Transporte Público				
	Obra Fiscalizada (Un)				38
2744 -	Atendimento aos Usuários e/ou Agentes de Serviços Regulados de Transporte Hidroviário e Rodoviário Intermunicipal de Passageiros				
	Usuário Atendido (Un)				588
4960 -	Conservação de Rodovias Estaduais				
	Rodovia Conservada (Km)				4.749
1534 -	Construção de Obras D´Artes Especiais				
	Ponte Construída (M)				1.252
1459 -	Construção de Obras D´Artes Especiais - PARÁ URBE				
	Ponte Construída (M)				57
3076 -	Construção de Trecho Rodoviário - Entroncamento BR 163 (Campo Verde) - Miritituba BR 230 - PAC				
	Trecho Pavimentado (Km)				13
3103 -	Construção do Píer 200 no Porto de Santarém - PAC				
	Obra Executada (Prc)				5
3108 -	Construção do Píer 400 no Porto de Vila do Conde - PAC				
	Obra Executada (Prc)				43
3106 -	Construção do Trecho Rodoviário - Altamira / Rurópolis, na BR 230 - PAC				
	Trecho Pavimentado (Km)				49
3072 -	Construção do Trecho Rodoviário - Divisa MT / PA - Santarém na				

	BR 163 - PAC	
	Rodovia Pavimentada (Km)	297
1932 -	Construção do Trecho Rodoviário - Marabá / Altamira, na BR 230 - PAC	
	Trecho Pavimentado (Km)	164
1884 -	Desassoreamento de Pequenos Rios, Furos e Igarapés	
	Manancial Desassoreado (M3)	302.000
1461 -	Elaboração do Plano de Logística de Transporte do Estado do Pará	
	Plano Elaborado (Un)	1
2730 -	Fiscalização e Controle dos Serviços de Transporte Público Hidroviário Intermunicipal de Passageiros	
	Serviço Fiscalizado (Un)	3.555
2746 -	Fiscalização e Controle dos Serviços de Transporte Público Rodoviário Intermunicipal de Passageiros	
	Serviço Fiscalizado (Un)	157
1368 -	Implantação de Rodovias Estaduais	
	Rodovia Implantada (Km)	293
1922 -	Manutenção, Recuperação e Abertura de Vicinais	
	Estrada Mantida (Km)	1.346
1538 -	Melhoramento da Infra-Estrutura Aeroviária	
	Infra-estrutura Melhorada (Un)	9
1536 -	Melhoramento da Infra-Estrutura Hidroviária	
	Infra-estrutura Melhorada (Un)	4
1669 -	Melhoramento da Infra-Estrutura Portuária	
	Unidade Mantida (Un)	1
2696 -	Normatização dos Serviços Regulados de Transporte Públicos	
	Serviço Normatizado (Un)	2
1516 -	Pavimentação e Restauração de Rodovias - PARÁ URBE	
	Rodovia Pavimentada (Km)	150
1478 -	Pavimentação e Restauração de Rodovias Estaduais	
	Rodovia Pavimentada (Km)	661
1856 -	Perenização de Estradas Vicinais	
	Estrada Perenizada (Km)	175
1300 -	Restauração de Obras D´Artes Especiais	
	Ponte Restaurada (M)	1.823
CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO		
1916 -	Apoio à Implantação do Sistema Estadual de Avaliação de Qualidade e Certificação de Produtos	
	Sistema de Certificação Implantado (Un)	100

6023 -	Apoio à Proteção dos Direitos de Propriedade Intelectual				
	Propriedade Intelectual Protegida (Un)				26
6033 -	Apoio ao Desenvolvimento da Ciência, Tecnologia e Inovação no Ensino Fundamental, Médio e Tecnológico				
	Estudante Beneficiado (Un)				100
6027 -	Apoio ao Desenvolvimento dos Setores de Gemas, Jóias e Artesanatos - São José Liberto				
	Comércio de Gemas, Jóias e Artesanatos Intensificado (Un)				1
6022 -	Atração para o Estado de Empresas Detentoras de Capacidade Inovativa				
	Empresa Implantada (Un)				3
6025 -	Avaliação do Impacto do Investimento de Ciência, Tecnologia e Inovação no Desenvolvimento do Estado				
	Avaliação Efetivada (Un)				1
6034 -	Cooperação Internacional em Ciência, Tecnologia e Inovação				
	Cooperação Efetivada (Un)				10
6026 -	Divulgação de Informações sobre Ciência, Tecnologia e Inovação				
	Informação Disseminada (Un)				100
6031 -	Fomento à Difusão da Ciência, Tecnologia e Inovação				
	Mecanismo de Difusão Consolidado (Un)				100
6021 -	Fomento à Incubação de Empresas				
	Empresa Incubada (Un)				8
6029 -	Fomento à Pesquisa Científica, Tecnológica e de Inovação em Áreas de Conhecimento Estratégicas para o Desenvolvimento do Estado				
	Projeto Apoiado (Un)				100
6030 -	Formação de Redes de Pesquisa em Ciência e Tecnologia				
	Rede de Pesquisa Formada (Un)				100
6037 -	Formação e Fixação de Recursos Humanos				
	Recurso Humano Formado (Un)				100
1914 -	Implantação de Parques Tecnológicos				
	Parque Tecnológico Implantado (Un)				3
1919 -	Implantação de Sistemas de Aplicação em Ciência, Tecnologia e Inovação - CT&I				
	Sistema de Aplicação Implantado e Prospecção Realizada (Un)				3
1924 -	Implantação do Sistema de Gestão de Projetos em Ciência, Tecnologia e Inovação				
	Sistema de Gestão de Projetos				1

	Implantado (Un)				
6058 -	Implementação de Ações da GASPARÁ				
	Unidade Implementada (Un)				1
6040 -	Implementação de Ações do Uso de Gás Natural				
	Gás Natural Distribuído (M3)				1.100
6028 -	Implementação de Infra-Estrutura de Tecnologia de Informação e Comunicação (TIC) para o Desenvolvimento do Estado - PARÁ NAVEGAR				
	Infra-Estrutura de TIC Implementada (Un)				13
6020 -	Implementação do Sistema Regional de Inovação - SRI				
	Sistema Implementado (Un)				4
6035 -	Indução à Inovação de Processos e Produtos em Empresas que atuam no Pará				
	Empresa Apoiada (Un)				100
<b>CULTURA PARÁ TODOS</b>					
2579 -	Aperfeiçoamento do Artista				
	Artista Atendido (Un)				2.556
6065 -	Implementação das Ações do FPAC				
	Artista Atendido (Un)				55
2596 -	Implementação do Calendário de Festividades Tradicionais				
	Festividade Realizada (Un)				5
2536 -	Implementação do Gerenciamento de Unidades de Abastecimento do Estado				
	Unidade Abastecida (Un)				7
2576 -	Produção de Edições Culturais				
	Edição Produzida (Un)				33
2580 -	Realização de Cursos e Oficinas de Iniciação em Arte e Ofício				
	Pessoa Atendida (Un)				30.500
2578 -	Realização de Eventos Culturais				
	Evento Realizado (Un)				178
<b>ENERGIA É DESENVOLVIMENTO</b>					
4764 -	Atendimento aos Usuários e/ou Agentes de Serviços Regulados de Energia Elétrica				
	Usuário Atendido (Un)				31.844
4979 -	Coordenação das Ações do Programa de Universalização da Oferta de Energia Elétrica				
	Unidade Consumidora Atendida (Un)				63.135
2801 -	Fiscalização da Prestação do Serviço de Energia Elétrica				
	Serviço Fiscalizado (Un)				122

3063 -	Implantação da Usina Hidrelétrica Belo Monte com 5.681 MW - 1ª Etapa - PAC				
	Usina Implantada (Prc)				2
3061 -	Implantação de Sistema de Transmissão Tucuruí - Manaus (500 Kv - 1472 Km) - PAC				
	Sistema Implantado (Prc)				40
1903 -	Universalização de Energia Elétrica - Parceria Estado/União/Iniciativa Privada				
	Ligação Realizada (Un)				29.788
<b>FORTALECIMENTO DA AGRICULTURA FAMILIAR</b>					
4860 -	Apoio à Gestão da Política e do Programa de Assistência Técnica e Extensão Rural Pública - PROGATER				
	Município Atendido (Un)				29
4861 -	Apoio à Organização da Produção e Estratégia de Comercialização e Mercado				
	Família Atendida (Un)				3.600
4859 -	Apoio ao Desenvolvimento dos Territórios Rurais				
	Família Assistida (Un)				20.000
4874 -	Assistência Técnica, Extensão Rural e Pesquisa, com Ênfase à Organização Social e Gestão Ambiental				
	Família Assistida (Un)				19.853
4871 -	Assistência Técnica, Extensão Rural e Pesquisa, em Apoio à Cadeia Produtiva Sustentável de Origem Vegetal e Animal				
	Família Assistida (Un)				76.884
4854 -	Descentralização das Ações de Comercialização de Produtos Agropecuários				
	Produção Comercializada (T)				100
4867 -	Fomento a Floricultura, Olericultura, Plantas Medicinais e Aromáticas e à Produção Orgânica				
	Produtor Assistido (Un)				980
4864 -	Fomento à Produção de Alimentos Básicos				
	Produção Aumentada (T)				71.130
4863 -	Fomento à Produção de Pequenos e Médios Animais				
	Produção Aumentada (Kg)				9.250.000
4870 -	Realização de Ações de ATER e Pesquisa, em Apoio a Programas de Combate à Pobreza no Meio Rural				
	Família Assistida (Un)				1.601
<b>HABITAR MELHOR</b>					
1913 -	Construção de Conjunto Habitacional Para Famílias Com Renda de 3 à 6 Salários Mínimos				

	Família Beneficiada (Un)				450
1912 -	Construção de Conjunto Habitacional para Famílias com Renda de 6 a 20 Salários Mínimos				
	Família Beneficiada (Un)				200
1541 -	Construção de Habitação de Interesse Social				
	Unidade Habitacional Construída (Un)				819
2793 -	Desenvolvimento das Atividades Imobiliárias				
	Unidade Habitacional Comercializada (Un)				7.937
1547 -	Elaboração da Política Estadual de Habitação				
	Instrumento Elaborado (Un)				3
2794 -	Orientação Técnica Habitacional				
	Família Assessorada (Un)				4.500
1543 -	Reabilitação do Centro Histórico de Belém				
	Unidade Habitacional Reabilitada (Un)				100
1572 -	Saneamento Integrado da Bacia do Tucunduba / 2º e 3º Etapas - PAC				
	Família Atendida (Un)				800
1911 -	Urbanização, Regularização e Integração de Assentamentos Precários - FNHIS				
	Família Beneficiada (Un)				7.953
1910 -	Urbanização, Regularização e Integração de Assentamentos Precários - PAC				
	Família Beneficiada (Un)				19.478
<b>MODERNIZAÇÃO DO SETOR AGROPECUÁRIO</b>					
4886 -	Apoio à Inovação Tecnológica na Agropecuária				
	Família Atendida (Un)				2.186
4880 -	Apoio à Modernização da Pecuária Bovina e Bubalina de Corte e de Leite				
	Rebanho Melhorado (Cab)				38.000
4884 -	Apoio à Produção de Culturas Industriais e à Implantação de Pólos de Biocombustível				
	Área Plantada (Ha)				15.800
4883 -	Apoio à Realização de Eventos Agropecuários				
	Evento Realizado (Un)				37
4890 -	Assistência Técnica, Extensão Rural e Pesquisa em Apoio ao Desenvolvimento do Biocombustível				
	Família Assistida (Un)				1.460
6053 -	Defesa e Vigilância Zoofitosanitária				
	Propriedade Monitorada (Un)				66.500

2818 -	Fiscalização do Uso e Comercialização de Insumos e Serviços	
	Empresa Fiscalizada (Un)	105
4881 -	Fomento à Fruticultura	
	Município Atendido (Un)	38
4879 -	Fomento ao Desenvolvimento de Sistemas Agroflorestais	
	Viveiro Implantado (Un)	21
6054 -	Inspeção de Produtos e Subprodutos de Origem Animal e Vegetal	
	Estabelecimento Inspeccionado (Un)	260
4891 -	Modernização Institucional da EMATER-PARÁ	
	Unidade Modernizada (Un)	140
4875 -	Revitalização da Área de Abastecimento e Comercialização	
	Área Revitalizada (M2)	100
<b>ORDENAMENTO TERRITORIAL</b>		
4914 -	Apoio à Descentralização da Gestão Ambiental	
	Município Apoiado (Un)	143
4912 -	Gestão de Unidades de Conservação Estaduais	
	Área Protegida (Km2)	36.797
4905 -	Implementação da Política Estadual de Recursos Hídricos	
	Instrumento de Política Implementado (Un)	286
4917 -	Implementação das Ações do Gerenciamento Costeiro e Marinho do Estado	
	Zona Costeira Gerenciada (Km2)	19.934
4918 -	Implementação do Núcleo de Ordenamento Territorial	
	Núcleo Consolidado (Un)	1
4910 -	Implementações de Ações de Regularização Fundiária	
	Título Expedido (Un)	24.269
4913 -	Promoção da Educação Ambiental Não-Formal	
	Pessoa Sensibilizada (Un)	715
4911 -	Realização de Controle Ambiental	
	Licença Ambiental Emitida (Un)	1.381
<b>SEGURANÇA PARA TODAS E TODOS</b>		
2589 -	Ampliação da Capacidade Operacional dos Órgãos do SESP	
	Unidade Implantada (Un)	73
6038 -	Coordenação das Ações Integradas dos Órgãos do SESP	
	Ação Implementada (Un)	1
2603 -	Implementação das Ações das Unidades Regionais de Perícias Científicas	
	Laudo Pericial Expedido (Un)	48.000
2600 -	Implementação das Ações de Habilitação de Condutores de Veículos	

	Carteira de Habilitação Expedida (Un)				599.500
2601 -	Implementação das Ações de Registro de Veículo				
	Registro Expedido (Un)				656.010
2593 -	Implementação de Ações Integradas de Prevenção aos Desastres				
	Comunidade Protegida (Un)				127
2607 -	Implementação de Ações Preventivas e Repressivas Especializadas				
	Posto de Serviço Especial Implementado (Un)				12
2605 -	Implementação de Ações Técnicas Preventivas em Bens Móveis e Imóveis				
	Bem Protegido (Un)				1.625
2609 -	Implementação do Posto de Inspeção de Veículos de Cargas Perigosas				
	Veículo Inspecionado (Un)				105
4218 -	Inspeção de Segurança Veicular				
	Laudo Pericial Expedido (Un)				630
2594 -	Realização das Ações das Divisões Especializadas				
	Procedimento Instaurado (Un)				19.544
2599 -	Realização das Ações de Educação no Trânsito				
	Ação Educativa Realizada (Un)				125
2592 -	Realização das Ações de Polícia Judiciária				
	Procedimento Instaurado (Un)				48.573
2598 -	Realização das Ações de Segurança e Fiscalização no Trânsito e nos Transportes				
	Fiscalização Realizada (Un)				427
2604 -	Realização de Ações de Combate a Incêndio, Busca, Salvamento e Resgate				
	Ocorrência Registrada (Un)				8.618
4223 -	Realização de Ações de Segurança e Paz em Grandes Eventos				
	Ocorrência Registrada (Un)				15.099
4215 -	Realização de Perícias em Criminalística				
	Laudo Pericial Expedido (Un)				46.200
4618 -	Realização de Perícias Médico-Legais				
	Laudo Pericial Expedido (Un)				36.750

\* Republicado por ter saído com incorreção no DOE N° 31.227, de 06/08/2008.

DOE N° 31.281, de 22/10/2008.

MINISTÉRIO PÚBLICO

Programa/ Ação / Produto / Unidade Medida		Quantidade
DEFESA DA SOCIEDADE		
4514	Apoio Técnico, Científico e Administrativo para a Defesa da Sociedade	
-	Procuradoria e Promotoria Apoiada (Un)	326
1800	Implantação de Unidades do Ministério Público < <a href="http://www.geppa.pa.gov.br/GEpPA_Redireciona_Programa_Acao_Alt_2.asp?qryburACAO=2038">http://www.geppa.pa.gov.br/GEpPA_Redireciona_Programa_Acao_Alt_2.asp?qryburACAO=2038</a> >	
-	Prédio Implantado (Un)	3
4509	Implementação de Atividades em Defesa da Sociedade < <a href="http://www.geppa.pa.gov.br/GEpPA_Redireciona_Programa_Acao_Alt_2.asp?qryburACAO=2040">http://www.geppa.pa.gov.br/GEpPA_Redireciona_Programa_Acao_Alt_2.asp?qryburACAO=2040</a> >	
-	Procuradoria e Promotoria Estruturada (Un)	326
4507	Melhoramento de Unidades do Ministério Público < <a href="http://www.geppa.pa.gov.br/GEpPA_Redireciona_Programa_Acao_Alt_2.asp?qryburACAO=2042">http://www.geppa.pa.gov.br/GEpPA_Redireciona_Programa_Acao_Alt_2.asp?qryburACAO=2042</a> >	
-	Prédio Mantido (Un)	25
4984	Apoio na Formulação e Controle da Implementação de Políticas Públicas Institucionais e Comunitárias < <a href="http://www.geppa.pa.gov.br/GEpPA_Redireciona_Programa_Acao_Alt_2.asp?qryburACAO=2372">http://www.geppa.pa.gov.br/GEpPA_Redireciona_Programa_Acao_Alt_2.asp?qryburACAO=2372</a> >	
-	Município Mantido (Un)	7
4512	Implementação do Sistema de Informações do Ministério Público < <a href="http://www.geppa.pa.gov.br/GEpPA_Redireciona_Programa_Acao_Alt_2.asp?qryburACAO=2373">http://www.geppa.pa.gov.br/GEpPA_Redireciona_Programa_Acao_Alt_2.asp?qryburACAO=2373</a> >	
-	Informação Disponibilizada (Un)	70
4983	Formação e Capacitação de Membros e Servidores do Ministério Público < <a href="http://www.geppa.pa.gov.br/GEpPA_Redireciona_Programa_Acao_Alt_2.asp?qryburACAO=2374">http://www.geppa.pa.gov.br/GEpPA_Redireciona_Programa_Acao_Alt_2.asp?qryburACAO=2374</a> >	
-	Membro e Servidor Capacitado (Un)	1.041

4992	Implementação de Ações de Desenvolvimento Organizacional	< <a href="http://www.geppa.pa.gov.br/GEpPA_Redireciona_Programa_Acao_Alt_2.asp?qryburACAO=2376">http://www.geppa.pa.gov.br/GEpPA_Redireciona_Programa_Acao_Alt_2.asp?qryburACAO=2376</a> >				
	Ação Implementada (Un)					5
6036	Expansão das Ações do Ministério Público	< <a href="http://www.geppa.pa.gov.br/GEpPA_Redireciona_Programa_Acao_Alt_2.asp?qryburACAO=2608">http://www.geppa.pa.gov.br/GEpPA_Redireciona_Programa_Acao_Alt_2.asp?qryburACAO=2608</a> >				
	Unidade Estruturada (Un)					1

### ÓRGÃOS CONSTITUCIONAIS INDEPENDENTES

Programa/ Ação / Produto / Unidade Medida						Quantidade
<b>LEGITIMAÇÃO DA APLICAÇÃO DE RECURSOS PÚBLICOS</b>						
4506	Implementação das Ações de Defesa dos Bens e Valores Públicos	< <a href="http://www.geppa.pa.gov.br/GEpPA_Redireciona_Programa_Acao_Alt_2.asp?qryburACAO=2060">http://www.geppa.pa.gov.br/GEpPA_Redireciona_Programa_Acao_Alt_2.asp?qryburACAO=2060</a> >				
	Processo Analisado (Un)					3.800
4363	Atendimento ao Contribuinte / Cidadão	< <a href="http://www.geppa.pa.gov.br/GEpPA_Redireciona_Programa_Acao_Alt_2.asp?qryburACAO=2058">http://www.geppa.pa.gov.br/GEpPA_Redireciona_Programa_Acao_Alt_2.asp?qryburACAO=2058</a> >				
	Contribuinte Atendido (Pes)					350
2439	Defesa dos Bens e Valores Públicos	< <a href="http://www.geppa.pa.gov.br/GEpPA_Redireciona_Programa_Acao_Alt_2.asp?qryburACAO=2059">http://www.geppa.pa.gov.br/GEpPA_Redireciona_Programa_Acao_Alt_2.asp?qryburACAO=2059</a> >				
	Processo Analisado (Un)					3.900

DOE Nº 31.228, de 07/08/2008.

ESTADO DO PARÁ  
 ASSEMBLEIA LEGISLATIVA  
 TEXTO IDÊNTICO AO PUBLICADO NO DIÁRIO OFICIAL DO ESTADO DO PARÁ